

O AUMENTO DO CUSTO DE ENERGIA NO BRASIL E SEU IMPACTO NA INDÚSTRIA PAULISTA

Com a crise hídrica que há dois anos afeta o estado de São Paulo e todo o Brasil, os reservatórios ficam escassos de água e a energia hidroelétrica, a mais barata, é muitas vezes substituída pela energia termoelétrica, mais cara. O resultado é o aumento do custo de energia, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Nesse cenário, a indústria paulista é largamente prejudicada, e perde em competitividade ➤



GUIA DO SINPROQUIM

Empreitada pioneira do sindicato, o Guia da Indústria Química do Estado de São Paulo está em fase de desenvolvimento, com previsão de lançamento para o início de 2016. Cerca de 1500 empresas estão contribuindo com informações para o guia



Bete Faria Nicastro

EVENTO

Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Daniel Godinho, palestrou no dia 11 de junho, na sede do SINPROQUIM, a respeito do "Plano Geral do Comércio Exterior Brasileiro"

Um olhar para a indústria química paulista

Sempre abordamos, neste espaço, as demandas, desafios e oportunidades do segmento químico brasileiro. Porém, nesta edição, nosso olhar se volta à indústria química do estado de São Paulo.

Trata-se de uma indústria diversificada e inovadora e fundamental para a cadeia produtiva. Sua característica de versatilidade, diversidade de materiais e processos

tecnológicos, que abrangem nano e biotecnologia, por exemplo, faz com que a indústria química paulista seja fundamental para a toda a cadeia produtiva.

É um setor que investe em pesquisa e desenvolvimento e que é parte importantíssima da economia do Estado, gerando emprego, renda e divisas.

Dessa forma, quando se fala dos desafios do setor químico nacional, entre eles as questões relacionadas ao abastecimento

de energia e de água, aos altos custos relativos à falta de infraestrutura logística adequada no País, às dificuldades de acesso ao crédito e à alta carga tributária que onera a produção, é preciso ainda mais atenção quando o assunto é a indústria química paulista.

O setor químico do estado de São Paulo é formado por grandes, mas, também, e em grande parte, por pequenas e médias empresas. Se a desaceleração da economia, a variação cambial e o processo precoce de

desindustrialização que o País vive nos dias atuais afetam a indústria de modo geral, para o setor químico do estado de São Paulo o desafio é ainda maior.

Diante desse cenário, o Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo (SINPROQUIM) tem papel ainda mais relevante no apoio ao desenvolvimento do setor.

Estamos realizando o mapeamento da pequena e média indústria do segmento químico do estado de São Paulo, com o intuito de compreender sua real dimensão, pontos fortes e fragilidades, além de suas principais demandas, para melhor contribuir no apoio a essas empresas.

Para que o trabalho seja completo, é de extrema importância que as empresas respondam os questionários que estão sendo encaminhados pela equipe do SINPROQUIM, a fim de que o retrato da indústria paulista seja o mais fiel possível, com toda a sua diversidade e potencial.

Em um ano que já começou refreado, são muitos os desafios da indústria, principalmente as pequenas e médias, que são agentes importantíssimos para a manutenção da economia do Brasil. Continuaremos trabalhando para impulsionar o desenvolvimento continuado e sustentado da indústria química, com apoio adicional à pequena e média empresa paulistana, na tentativa de oferecer ferramentas ao empresário que busca a competitividade no mercado nacional e até mesmo no internacional.

Nelson Pereira dos Reis



Nelson Pereira dos Reis é presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo (SINPROQUIM), vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e diretor-titular do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da entidade.

EXPEDIENTE

"Informativo SINPROQUIM" é um órgão de divulgação do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo.

Presidente Nelson Pereira dos Reis **Vice-Presidente** Ricardo Neves de Oliveira **Diretor Administrativo** Nívio Machado Rigos **Diretor de Comércio Exterior** Ricardo Lessa Pansa **Diretor de Relações Institucionais** Marcelo Arantes de Carvalho **Diretores** Ana Paula Santoro Coria, Eder Jones Bittencourt Corrêa e Marcelo Lacerda Soares Neto **Conselho Fiscal (efetivos)** Romel Raizer e Ronaldo Silva Duarte **Conselho Fiscal (suplente)** Cristiano Melcher, Maria Izabel Laczko Gebrael e Renata Oliveira Brostel **Delegados Repres. junto à FIESP (efetivos)** Nelson Pereira dos Reis e Ricardo Neves de Oliveira **Delegados Repres. junto à FIESP (suplentes)** Nívio Machado Rigos **Secretária Executiva** Alheli Carolina Concepción Mó
Edição Way Comunicações Ltda. - Rua dos Caetés, 696 - 05016-081 - São Paulo - Tel: (011) 3862-1586 **Jornalista Responsável** Stéfanie Rigamonti (Mtb 0076172/SP) **Redação** Stéfanie Rigamonti
Revisão Alessandra Nogueira **Direção de Arte e Editoração** Hilton Breymaier **Impressão** New Impress (2.700 exemplares) - Correspondências para o Informativo SINPROQUIM: Rua Rodrigo Cláudio, 185 - Aclimação 01532-020 - São Paulo - SP - Tel.: (011) 3287-0455 - sinproquim@sinproquim.org.br - www.sinproquim.org.br

> Eastman inicia a produção do Therminol® 55 no Brasil

O fluido de troca térmica Therminol 55, da Eastman Chemical Company – indústria global de especialidades químicas – passa a ser produzido na Scandiflex, subsidiária da companhia, localizada em Mauá (SP), no Brasil. A planta irá fabricar, embalar e armazenar o produto, que é um dos mais vendidos no mundo. A produção local reforça a presença da empresa não só no Brasil, mas em toda a América do Sul.

A produção desse fluido na Scandiflex também é um passo importante para a integração das operações da Eastman. Inicialmente, a fábrica era voltada apenas para adesivos e plastificantes e agora também oferece apoio na área de Fluidos Especiais e Intermediários. O gerente industrial e responsável técnico da Scandiflex, Luis André Mazurok, conta que foram cerca de oito meses de preparação da planta para que a produção do Therminol 55 pudesse ser iniciada.

Com sua base sintética, o Therminol 55 é um fluido projetado para uso em sistemas não pressurizados ou com baixa pressão, oferecendo uma troca de calor eficiente, confiável e uniforme. O preço competitivo faz com que seja uma alternativa aos óleos térmicos com base mineral, oferecendo maior resistência à oxidação e à degradação térmica. Devido às suas características, é amplamente utilizado nas indústrias têxtil, química e petroquímica, automotiva, de asfalto, plásticos, biocombustíveis, petróleo e gás, entre outros.

> AkzoNobel lança o Interseal® 1509 para fabricantes de estruturas metálicas

A unidade de negócios Protective Coatings da AkzoNobel, uma das empresas líderes mundiais em revestimentos de proteção industrial com a marca Interseal®, lança para a América do Sul mais uma novidade para os fabricantes de estruturas metálicas: o Interseal® 1509. Trata-se de um epóxi primer – acabamento com pigmentação anticorrosiva de fosfato de zinco, que possibilita alta espessura e boa resistência mecânica, conferindo-lhe excelente propriedade de retenção em arestas, quinas e cantos vivos, além de uma melhor resistência na movimentação de peças.

O produto foi desenvolvido como um sistema de demão única, que oferece

proteção anticorrosiva ao aço estrutural em ambientes nos quais a aparência estética é importante, como áreas secas internas ou ambientes externos com corrosividade até C3 (considerado um grau médio de corrosividade), de acordo com a Norma ISO12944.

“Por conta da composição do Interseal® 1509, que apresenta cura em até duas horas, possibilitando a aplicação de demãos em um único dia e a fácil aplicação com diversos métodos, contribuimos para aumentar a produtividade de nossos clientes e agregar ainda mais qualidade aos seus produtos”, afirma Nigel Atkinson, Diretor Regional da Protective Coatings América do Sul. “Além dos benefícios para os clientes com intervalos de repintura mais curtos, a emissão de VOC também é menor. Buscamos sempre alinhar inovação com soluções mais sustentáveis, pilar da AkzoNobel”, finaliza o executivo.

> Air Liquide ativa o maior investimento industrial de toda a sua história em Yanbu, Arábia Saudita

A Air Liquide anuncia o início das operações de sua unidade de produção de hidrogênio em escala global, situada no Polo Industrial de Yanbu, no litoral Oeste do Reino da Arábia Saudita. Conforme anunciado em 2010, esse investimento de mais de 350 milhões de euros é o maior já realizado no setor industrial, e é o maior contrato de hidrogênio do grupo na modalidade *over the fence*, sob o qual a Air Liquide constrói e detém a posse da unidade, além de ser responsável por sua operação.

O contrato de longo prazo também estabelece que a Air Liquide Arábia fornecerá hidrogênio para a nova refinaria YASREF (uma *joint-venture* entre a Saudi Aramco e a Sinopec), situada em Yanbu, um dos polos industriais mais importantes do País – uma área que vem crescendo rapidamente nos campos de refino e da petroquímica. A YASREF é a maior refinaria da região, com capacidade para processar 400.000 barris de petróleo bruto pesado por dia. O hidrogênio implicará na diminuição do teor de enxofre dos combustíveis produzidos, atendendo aos padrões ambientais recomendados para combustíveis veiculares mais limpos.

Com duas plantas de produção de hidrogênio em escala global e uma planta de purificação, a capacidade produtiva total de hidrogênio desta unidade da Air Liquide é de 340.000 Nm³/hora. A capacidade de produção poderá ser aumentada de acordo com as necessidades da YASREF no decorrer do ano de 2015.

O surgimento da Química

Não se pode dizer, exatamente, quando a Química, enquanto especialidade científica e acadêmica, surgiu, até porque os conceitos foram se transformando durante os anos para se chegar ao que conhecemos hoje. Estima-se que a Química Moderna começou a se desenvolver há pouco mais de 200 anos, a partir de estudos feitos por alquimistas durante cerca de dois mil anos anteriores. Mas há vários marcos históricos que apontam para o surgimento da Química Moderna, então não há uma data definida.

Séculos atrás, os alquimistas acreditavam na possibilidade de transformar uma substância em outra, como metais comuns em ouro. Mesmo não conseguindo esse feito, eles inventaram aparatos úteis e técnicas para separar misturas por filtração e destilação, por exemplo.

Alguns químicos e alquimistas

Nicolás Flamel (1330 - 1418). Após a criação de supostos trabalhos, dos quais não se tem comprovação, como a pedra filosofal e o elixir da longa vida, Flamel ganhou notoriedade. Escreveu obras literárias e passou a se aprofundar mais no segmento da Alquimia. Em torno de 1382, Flamel afirmou ter conseguido produzir ouro e também converter um elemento em outro.

Johann Joachim Becher (1635-1682) foi um alquimista, médico e precursor da Química. Além da descoberta do gás etileno, Becher foi autor de diversas obras literárias. Sua principal criação foi a Teoria da Matéria. Becher acreditava que as substâncias eram compostas por ar, água e terra e divididas em três grupos: Terra Vitrificável (sal); Terra Mercurial (mercúrio) e Terra Combustível (enxofre = terra pinguis).

Georg Ernst Stahl (1659-1734) foi um metalúrgico alemão, médico e químico. Baseado na Teoria da Matéria, de Johann Joachim Becher, elaborou a teoria do Flogisto. Ele acreditava que os corpos combustíveis possuíam uma matéria chamada flogisto, liberada ao ar durante os processos de combustão (material orgânico) ou de calcinação (metais). “Flogisto” vem do grego e significa “inflamável”, “passado pela chama” ou “queimado”. A absorção dos flogistos do ar seria feita pelas plantas. A teoria foi desmentida no final do século XVIII.

O impacto do aumento do custo de energia para a indústria paulista

A região Sudeste, e especificamente o estado paulista, foi uma das mais afetadas com a crise de energia que o Brasil enfrenta. A situação reflete no desempenho da indústria de São Paulo, que perde em competitividade

A alteração no regime pluviométrico, e a consequente escassez de água nos reservatórios de São Paulo e de outros estados brasileiros, que se intensificou nos últimos dois anos, tem resultado em uma diminuição da geração de energia mais barata pelas hidroelétricas, e a um aumento da geração termoeletrica, que possui um custo mais elevado. O acúmulo desses fatores culminou em um aumento abrupto no preço da

também foi afetado. Aqueles que têm contratos de curto prazo viram o preço da energia disparar e chegar a patamares nunca alcançados; e outros que mantêm contratos mais longos viram-se protegidos em um primeiro instante, porém também têm enfrentado duros reajustes quando ocorre a renovação dos contratos.

As bandeiras tarifárias não devem ser confundidas com o aumento tarifário, pois aquelas são apenas uma sinalização do valor da energia naquele mês e podem ser alteradas caso as condições de geração melhorem. Porém, é possível observar o impacto na fatura de cada mês. “De janeiro a março, a bandeira vermelha operou com um valor - R\$ 30/MWh, e então foi reajustada para R\$ 55/MWh, a partir de abril. Considera-se então que, em média, esse adicional tem um efeito na fatura industrial de 15 a 20%. Se contabilizar os efeitos de todos esses fatores, o impacto para o consumidor final do estado de São Paulo chega a mais de 80%, em alguns casos”, explica Cavalcanti.

Ainda segundo o diretor, em março deste ano, a tarifa de energia das distribuidoras paulistas foi reajustada, em média, 29,2%. Especificamente para o consumidor industrial, o impacto também ficou próximo de 30%. Soma-se a isso os reajustes anuais das distribuidoras: em julho, por exemplo, os consumidores da Eletropaulo tiveram tarifas aumentadas em 15,2%. O efeito médio para as indústrias localizadas nessa área de concessão foi de 11,7%.

“É importante salientar que essa diferença nos aumentos na revisão extraordinária entre as regiões do Brasil não foi, em sua boa parte, devido à diferença do mercado consumidor das regiões ou ao custo da energia para cada uma, mas sim em virtude da política de rateio de alguns encargos de forma proporcional entre o Centro-Sul e Norte/Nordeste. Essa política diferenciada, criada há mais de uma década, onera os consumidores de São Paulo e impacta a competitividade da indústria”, enfatiza Cavalcanti.

O resultado disso é, em diversos casos, o aumento dobrado na conta de luz, sem poder repassar esse valor ao preço final dos produtos.

Esse fator, aliado à conjuntura econômica do País, tem levado a uma queda da produção, desemprego crescente e até mesmo, em casos mais graves, inviabilidade do negócio de algumas empresas. Mas, embora a situação seja extremamente difícil, é possível tomar algumas providências a fim de suavizar os resultados negativos.

Dentre as medidas em curto prazo, Cavalcanti recomenda, quando possível, a implantação de medidas de eficiência energética, cogeração ou realocação da demanda para horários em que a energia seja mais barata. Além disso, “alguns programas de eficiência energética podem levar à redução do consumo na ordem de 10 a 20% - a instalação de geradores a gás natural, por exemplo, podem proporcionar ganhos, caso a produção não possa parar em horários de pico, quando a energia é mais cara; para outros industriais, o simples reposicionamento da demanda pode garantir uma economia na conta de luz”, aponta o diretor.



Carlos Cavalcanti

energia elétrica para os consumidores de todo o País e, inclusive, para a indústria brasileira, principalmente as pequenas e médias empresas, que compram sua energia das distribuidoras. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste foram as mais afetadas, com uma revisão extraordinária, em março de 2015, de 28,7%, diferente do Norte e Nordeste que juntos tiveram um reajuste de apenas 5,5%. Diante dessa situação, o estado paulista foi um dos mais prejudicados.

De acordo com o diretor titular do Departamento de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Cavalcanti, o consumidor cativo (pequenas e médias indústrias) paulista além de passar por uma revisão das suas tarifas em março deste ano, enfrentou os processos normais de reajuste anuais. Além disso, desde janeiro de 2015, tem pagado adicional de bandeira vermelha em sua conta de luz. Mas o consumidor livre - as grandes indústrias que têm liberdade de fixar seus contratos de energia com as geradoras -

Brasil possui potencial para exploração do Shale Gas, apesar dos entraves regulatórios

Uma das saídas para a crise energética seria a exploração de novas formas de geração de energia. O gás não convencional, ou shale gas, por exemplo, ainda não é uma realidade no Brasil. Embora o País tenha potencial na área, dadas suas características geológicas, a exploração do insumo depende da superação de barreiras regulatórias e desafios tecnológicos. Um marco regulatório com a definição de regras claras em referência ao licenciamento ambiental para utilização de produtos químicos na perfuração de poços, em um processo chamado de fraturamento hidráulico, é de fundamental importância para o desenvolvimento da indústria.

“É preciso viabilizar os estudos geológicos para saber quais serão as tecnologias necessárias no processo de exploração. Tudo depende de pesquisa e desenvolvimento e só aproveitaremos o potencial brasileiro de gás não convencional por meio de tentativa e erro”. É o que explica o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Edmar Luiz Fagundes de Almeida.

Suplente do Conselho Fiscal do SINPROQUIM opina sobre a crise de energia que afeta a indústria

Renata Oliveira Brostel é Gerente de Desenvolvimento da BBC Indústria e Comércio e faz parte da diretoria do sindicato; em entrevista, ela também contou sobre sua formação acadêmica e trajetória profissional

Graduada em Engenharia Química e com larga expertise após trabalhar em diversas empresas do setor químico industrial, a suplente do Conselho Fiscal do SINPROQUIM, Renata Oliveira Brostel, deu entrevista ao informativo do sindicato e falou sobre a atual crise de energia e hídrica que afeta as indústrias do País. Atualmente, é Gerente de Desenvolvimento da BBC Indústria e Comércio, empresa fabricante de óleo de soja epoxidado, estabilizantes e lubrificantes para PVC. Durante a entrevista, Brostel também compartilhou suas conquistas profissionais.

Qual sua formação acadêmica?

Sou formada em Engenharia Química, pela Escola de Engenharia Mauá; especialista em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing; e especialista em Gestão da Qualidade aplicada à engenharia.

Conte um pouco sobre sua experiência na área química industrial

Comecei, em 1996, como engenheira química no laboratório de desenvolvimento de produtos, analisando matéria-prima e produto final, na Sansuy Indústria de Plásticos S.A.. Após quase três anos, fui para a BASF, dessa vez no departamento de marketing de tintas para repintura automotiva. Na época, esse segmento da área química – tintas - demandava mudanças de conceito em escala global.

Em 2001, comecei a trabalhar na BBC Indústria e Comercio Ltda., onde iniciei o desenvolvimento de estabilizantes à base de Cálcio-Zinco, em um momento em que não havia grande pressão para mudar estabilizantes à base de Bário-Cadmio, Bário-Zinco. Foi um trabalho muito recompensador. Em 2004, a BBC foi a primeira empresa a lançar no mercado estabilizantes líquidos à base Cálcio-Zinco para PVC, com a mesma eficiência e custo de um estabilizante à base de metal pesado.

Ainda em 2001, a empresa entrou em outro segmento: fabricação de compostos reticulados para fios e cabos. Todo esse volume de produção exigiu uma administração muito enxuta e ágil, como foi sempre a dinâmica da empresa. Assim, fui a responsável pela implantação de um sistema ERP, para o porte da empresa, gestão ambiental e segurança e saúde para dar a estrutura de crescimento, sem ampliar o quadro de funcionários e mantendo a excelência nos seus produtos e serviços.



Renata Oliveira Brostel

Como entrou para a BBC Indústria e Comércio?

Meu pai é acionista da empresa e quando soube que eu estava querendo sair da BASF, convidou-me para trabalhar com ele. Além da aprovação dele, ainda passei pela avaliação dos demais acionistas.

Qual seu cargo e suas funções na empresa?

Sou Gerente de Desenvolvimento, responsável pelos desenvolvimentos de todos os produtos, seja matéria-prima ou produto acabado, assistência técnica na utilização dos produtos, gestão integrada e treinamentos internos dos produtos e, também, os ligados à gestão.

Como entrou para o SINPROQUIM? Conte um pouco sobre sua atuação no sindicato

Entrei para o SINPROQUIM em 2010, quando aceitei participar da chapa para o novo quadro de direção. Por trabalhar, há muito tempo, em empresa familiar e ter contato com várias de pequeno porte, sempre levo para as reuniões do sindicato como esses empreendimentos enfrentam as dificuldades do dia a dia.

Atualmente, com a alta nos preços de energia, na sua opinião, quais medidas as indústrias químicas e petroquímicas brasileiras devem adotar?

A alta nos preços de energia não é novidade para a indústria química e petroquímica. Em 2001, houve o racionamento de energia, quando as empresas tinham que trabalhar com cotas determinadas pelo consumo médio, com aumento da tarifa entre 17 e 20 horas. A saída de muitas foi comprar gerador de energia à base diesel, o que encareceu o custo de fabricação naquele período. Muitas optaram por comprar energia de empresas que não estavam utilizando toda a sua cota, para reduzir o uso de geradores e não aumentar seu custo.

O cenário, hoje, só não é de calamidade para a indústria química e petroquímica, porque o Brasil está em recessão. O pior é que, até 2020, o governo federal não terá dinheiro para investir em linhas de transmissão para conectar as plantas de geração de energia (seja hidrelétrica, termelétrica, eólica ou outra fonte renovável) com os centros consumidores em todo o País. Como sempre, as empresas têm que olhar para sua planta e fazer alterações e, quando possível, fazer investimento em compra de equipamentos que consumam menos energia; desenvolver processos produtivos que consumam menos energia; campanhas internas para uso racional; e compra de energia alternativa.

Vale lembrar que não é só o aumento de energia que impacta a indústria, mas também a falta de água, com cortes de fornecimento da empresa de distribuição ou demora no recebimento de outorgas. Aqui também temos outro exemplo de que, para sobreviver, as empresas tiveram que olhar para seus processos, investir no reúso de água e buscar métodos mais econômicos. A grande lição desses ciclos de aumento de preços e/ou escassez na oferta é que somos obrigados a fazer uma grande avaliação da própria empresa para mantê-la funcionando e competitiva no mercado global.

Fiscalização de transporte rodoviário de produtos perigosos

Assunto foi tema de palestra ministrada na sede do SINPROQUIM pelo Tenente da Reserva da Polícia Rodoviária Márcio A. V. Oliveira

No dia 30 de junho, motoristas e outros profissionais envolvidos no processo de transporte de produtos químicos, além de policiais rodoviários, participaram, na sede do SINPROQUIM, de palestra intitulada “Fiscalização do Transporte de Produtos Perigosos”, proferida pelo Tenente da Reserva da Polícia Rodoviária Márcio A. V. Oliveira. O

Especializados; e atua também como secretário do CB.16 da ABNT.

Márcio Oliveira falou sobre o Regulamento para Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (RTPP), atualizado, em 2012, pela Resolução ANTT nº 3665/11 e suas atualizações. Segundo o palestrante, os órgãos competentes para fiscalizar as exigências previstas no regulamento são aqueles que têm circunscrição sobre a via, como por exemplo, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), nas Rodovias Estaduais, que delegou essa competência à Polícia Rodoviária Estadual; o Departamento de Operação do Sistema Viário (DSV), que delegou essa competência à Companhia de Engenharia e Tráfego (CET); e a Polícia Militar para fiscalizar as vias públicas do município de São Paulo.

Constantemente, são constatadas diversas irregularidades, dentre elas as mais comuns são as falhas no formato e preenchimento dos documentos como a Ficha de Emergência, o Envelope para o Transporte e, principalmente, o documento fiscal (DANFE). “Aproximadamente 60% dos documentos fiscais apresentam erros”, afirmou Oliveira. Além disso, inconformidades na sinalização dos veículos e identificação das embalagens; problemas com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Conjuntos para Situação de Emergência; irregularidades na

manutenção dos veículos e equipamentos; incompatibilidade no transporte (que com a atualização da norma ABNT NBR 14619 diminuiu muito); e na estiva e arrumação da carga são as principais razões para aplicação de multas nas fiscalizações.

Em caso de infrações ao regulamento, uma multa é enviada à empresa expedidora e outra, geralmente de menor valor, ao transportador. Para orientar a plateia sobre como evitar as penalidades de multa na fiscalização, o palestrante falou sobre os documentos exigidos para transporte de produtos perigosos, o formato correto e a maneira como devem ser preenchidos. Ele também discutiu a respeito do Certificado de Inspeção Veicular (CIV) e do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), que devem ser emitidos após inspeção de organismos acreditados pelo INMETRO, em caso de se tratar de transporte de produtos perigosos a granel.

Outros assuntos tratados durante a palestra foram: curso de especialização obrigatório para os condutores; os tipos de veículos que podem ser utilizados para o transporte de produtos perigosos; a sinalização dos veículos para transporte – rótulos de risco, painéis de segurança e símbolos especiais; marcação e rotulagem das embalagens e a exigência da sua homologação para o transporte de produtos perigosos; identificação das sobreembalagens; Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Conjuntos para Situações de Emergência; incompatibilidades no transporte; e as penalidades previstas na legislação de transporte de produtos perigosos, bem como as enquadradas como crimes ambientais pela Lei 9.605.



Engenheira química e consultora do SINPROQUIM, Glória Benazzi, junto do palestrante, Márcio Oliveira

convidado atuou como policial rodoviário por 28 anos; durante 20, trabalhou na fiscalização do transporte de produtos perigosos; e hoje presta consultoria por meio da empresa PPM - Produtos Perigosos Serviços Técnicos

NOTA DE FALECIMENTO

Indústria química perde um dos seus grandes colaboradores

No dia 6 de agosto, um dos maiores especialistas na área de corantes e pigmentos do Brasil, Jandyr Falzoni, faleceu, na Itália, onde residia. Falzoni era conhecido também por sua capacidade conciliadora. Em 1971, assumiu a coordenação da Comissão de Corantes e Pigmentos do SINPROQUIM/Abiquim. Em 1978, as entidades se tornaram independentes e a Comissão passou a integrar as atividades da Abiquim, onde Jandyr permaneceu como coordenador até 2007. Foram 36 anos de dedicação a ambas as entidades.



Divulgação

Investir em exportação pode evitar que empresários fiquem à mercê das oscilações cambiais

Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Daniel Marteleto Godinho, falou sobre as novidades do Governo para o incentivo à exportação

Com o intuito de informar os profissionais das indústrias químicas e petroquímicas do estado de São Paulo acerca das ações e planos estratégicos do Governo Federal para a área de exportações, o SINPROQUIM promoveu palestra com o tema “Panorama Geral do Comércio Exterior Brasileiro”. O evento ocorreu no último dia 11 de agosto, e contou com o Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Daniel Marteleto Godinho, que explicou à plateia a importância das ações implementadas pelo Ministério para fortalecer os canais de Comércio Exterior. O consultor do SINPROQUIM Wolfgang Anton Lieb fez a abertura do evento.

Godinho iniciou a palestra com uma constatação: “nos últimos anos, o Brasil experimentou um grande crescimento econômico baseado no mercado doméstico, que continuará a ser importante, mas não será o principal vetor de crescimento do País nos próximos anos”. Por isso, o atual Governo busca investir em duas áreas: Infraestrutura e Comércio Exterior. Neste contexto, o MDIC desenvolveu, em parceria com o setor privado, o Plano Nacional de Exportações, que será, de acordo com Godinho, a principal ferramenta para “darmos um salto rumo a uma estratégia de exportações, e inserção qualificada nas cadeias globais de valor”, afirmou.

Com a desvalorização cambial, o cenário está se tornando mais favorável para a atividade exportadora. Porém, Godinho esclareceu que, apesar da ênfase na exportação, o Governo reconhece a relevância das importações e tem agido para não descuidar da defesa comercial contra as importações desleais e ilegais, que prejudicam o mercado interno. “Hoje, temos uma estrutura de combate às ilegalidades existentes com resultados significativos para o País”, declarou.

O Plano Nacional de Exportações é previsto para durar até 2018, mas o objetivo

do Ministério é trabalhar para transformar as políticas de incentivo à exportação em políticas de Estado, dada a importância da estratégia de Comércio Exterior para o Brasil. O plano está estruturado em cinco pilares: Financiamento e Garantia às Exportações, Facilitação de Comércio, Acesso a Mercados,

de janelas únicas (*single windows*) de Comércio Exterior em coordenação com o setor privado.

Com relação ao pilar de Acesso a Mercados, o Brasil tem hoje uma estratégia de aproximação bilateral, regional e multilateral com os mercados de maior dinamismo do mundo. Nesse sentido, já é possível perceber resultados, como a reaproximação comercial com os EUA. Foram assinados acordos com o País norte-americano de Facilitação de Comércio e de Convergência Regulatória, que já tem trazido avanços no setor têxtil, de cerâmica, entre outros.

Outro mercado de interesse para o Brasil é o México, com o qual já há negociações para ampliar os compromissos existentes e firmar novos acordos. Ainda na América



Consultor do SINPROQUIM Wolfgang Lieb juntamente com o palestrante Daniel Godinho

Promoção Comercial e Tributação. Durante a palestra, Godinho destrinchou dois desses cinco pilares – Facilitação de Comércio e Acesso a Mercados.

No pilar de Facilitação de Comércio, a ação de maior destaque é a implementação do Portal Único de Comércio Exterior, uma ferramenta que facilitará os procedimentos de exportação e importação por meio da redução de tempo e de custos para as empresas. Uma das novidades é que até dezembro o Portal eliminará o uso do papel nos processos aduaneiros, que a partir de então será todo digital. De acordo com Godinho, essa iniciativa contou com o reconhecimento do Fórum Econômico Mundial, que destacou o projeto como referência no desenvolvimento

Latina, o Governo Federal tem negociações em andamento com o Peru, Colômbia e Chile. Com relação aos blocos econômicos, o Mercosul deverá trocar ofertas com a União Europeia no último trimestre deste ano. O Brasil também trabalha para internalizar e, na sequência, ampliar o acordo com a União Aduaneira da África Austral e outros países do continente africano. Com relação à Ásia, o Governo tem desenhado estratégias para esse mercado.

Godinho fez questão de destacar que o Plano pode contribuir de maneira significativa para a recuperação econômica do Brasil. “O Comércio Exterior deve ser visto como uma estratégia permanente da política de crescimento do País”, frisou.

SINPROQUIM avança no desenvolvimento do Guia da Indústria Química do Estado de São Paulo

Trabalho, que foi uma iniciativa do sindicato e conta com a participação de cerca de 1500 empresas, tem lançamento previsto para o início de 2016

O SINPROQUIM, em uma empreitada pioneira, lançará, no início de 2016, o primeiro Guia da Indústria de Produtos Químicos do Estado de São Paulo. Intenso trabalho de pesquisa junto a diversas fontes deu a base para consultar, aproximadamente, 1500 empresas com unidades fabris no estado de São Paulo. Dentro da disponibilidade de informações, estão sendo encaminhados questionários com dados das empresas para que sejam confirmados, completados ou alterados.

Um exemplar do guia será enviado às empresas que colaborarem fornecendo informações. Além disso, entre as indústrias químicas que responderem o questionário completo e dentro do prazo estabelecido, serão sorteadas três, que terão direito a uma página gratuita, com anúncio colorido, no guia. Vale

ressaltar que a participação das empresas nessa publicação dará maior visibilidade aos seus negócios, prospecção de potenciais clientes e acesso a maior número de fornecedores de matérias-primas.

Com base nas informações até então levantadas, estima-se que o guia deverá conter cerca de 600 páginas, que reunirão mais de 1000 empresas e 1200 produtos fabricados, com a indicação das principais matérias-primas e suas principais aplicações, além de informações econômicas.

Pode-se afirmar que a indústria química de São Paulo é diversificada, inovadora e pujante. É um setor com vocação para produção de especialidades químicas, com avançados processos tecnológicos, como nano e biotecnologia, e um grande potencial para



a fabricação de produtos químicos a partir de matérias-primas renováveis, disponíveis no Estado.

A indústria química paulista é fundamental para a cadeia produtiva. “A Química que não se vê” está presente em todas as atividades do ser humano, tornando a vida mais saudável, confortável, alegre e duradoura. A atividade de “Terceirização de Processos Industriais” também faz parte desta publicação com a indicação de empresas que disponibilizam equipamentos para sínteses químicas e outros processos completos ou parciais de produção.

A diretoria do SINPROQUIM convida a todos para participar dessa importante iniciativa.

INVESTIMENTO NO SETOR

BNDES e Finep lançam plano de apoio para indústria química de R\$ 2,2 bilhões

Plano atuará em projetos de inovação, desenvolvimento de mercados e investimentos industriais no período de 2016 a 2017. Edital sai em setembro

Os presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Luis Manuel Rebelo Fernandes, lançaram, no dia 31 de julho (sexta-feira), em evento na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo, o Plano de Desenvolvimento e Inovação da Indústria Química (PADIQ). O plano vai coordenar as ações de fomento à inovação e a investimentos produtivos, integrando os instrumentos de apoio financeiro das duas instituições destinados a projetos da indústria química no País.

OPADIQ prevê R\$ 2,2 bilhões para as operações contratadas no período de 2016 a 2017, nas seis linhas temáticas selecionadas para o primeiro

edital, voltado para os segmentos de aditivos alimentícios para animais; derivados do silício; fibra de carbono; químicos para exploração e produção de petróleo; matérias-primas para cosméticos; e químicos obtidos a partir de fontes renováveis.

O novo plano atuará em projetos de inovação, desenvolvimento de mercados e investimentos industriais, dentro das linhas definidas a partir do diagnóstico do Estudo de Diversificação da Indústria Química, financiado pelo Fundo de Estruturação de Projetos do Banco (BNDES FEP) e concluído no final do ano passado. O estudo, realizado pelas empresas Bain Co. e Gas Energy, mapeou oportunidades de investimentos em diversos segmentos após extensa coleta e análise

de informações e amplo debate com empresas e associações do setor químico.

As empresas poderão participar do processo de seleção individualmente ou em parceria com outras companhias ou Instituições Científicas Tecnológicas (ICTs). Os planos de negócio deverão ter um valor mínimo de R\$ 1 milhão para desenvolvimento tecnológico e de R\$ 20 milhões para instalação de plantas industriais.

O edital estará disponível para consulta nos sites do BNDES e da Finep, no mês de setembro.

Inova Empresa - A bem sucedida parceria entre o BNDES e a Finep, no apoio à inovação, pode ser avaliada nos resultados do Plano Inova Empresa, lançado em 2013. No período 2013/2014, o programa contratou um total de R\$ 36,8 bilhões em projetos, superando as expectativas.

O Inova Empresa atua nas áreas estratégicas de Energia (R\$ 7,6 bilhões em projetos contratados), Petróleo e Gás (R\$ 2,2 bilhões), Complexo da Saúde (R\$ 4,9 bilhões), Complexo Aeroespacial e Defesa (R\$ 3,6 bilhões), Tecnologia da Informação e Comunicação (R\$ 5 bilhões), Sustentabilidade Socioambiental (R\$ 2,3 bilhões) e Cadeia Agropecuária (R\$ 2,3 bilhões). Além disso, o programa tem, em sua carteira, um total de R\$ 8,7 bilhões contratados para projetos de outras áreas.